

DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE PELA CONTABILIDADE: ANÁLISE CRÍTICA E COMPARATIVA DA AMÉRICA LATINA

RODOLFO VIEIRA NUNES,*¹ RWRSILANY SILVA²

¹Departamento de Administração e do Mestrado Profissional em Administração Pública,
Universidade Federal de Juiz de Fora-UFJF

²Departamento de Contabilidade no Instituto Federal de Rondônia-IFRO

*rodolfo.nunes@ufjf.br

RESUMO

O propósito deste estudo é avaliar criticamente e comparar a literatura sobre a divulgação de relatórios de sustentabilidade mediada pela Contabilidade em países latino-americanos. Para isso, adota-se uma revisão integrativa e crítica da literatura, com ênfase comparativa, de artigos indexados nas bases Scopus e SciELO, publicados entre 2018 e 2025, priorizando pesquisas realizadas com empresas de capital aberto listadas em bolsas de valores da América Latina. A literatura evidencia a expansão da divulgação dos relatórios de sustentabilidade e sua maior incidência em empresas de maior porte e de capital aberto. Entretanto, persistem heterogeneidades entre países e setores, ambiguidades relacionadas ao conceito de transparência, dificuldades na mensuração e operacionalização da materialidade, além de inconsistências e baixa rastreabilidade dos indicadores divulgados. Também são observados riscos de seletividade informacional e de greenwashing. Embora a asseguarção externa possa elevar a credibilidade das informações, sua efetividade depende de fatores como custos, capacidades técnicas, governança de dados e critérios claros de materialidade. Conclui-se que o avanço quantitativo da divulgação dos relatórios não garante, por si só, a qualidade da informação. A utilidade do disclosure está condicionada à existência de controles internos robustos, trilhas de auditoria e critérios explícitos de materialidade, além de maior harmonização normativa e fortalecimento do enforcement institucional. O estudo integra evidências regionais e contribui para qualificar o debate contábil sobre o reporte de sustentabilidade, oferecendo subsídios para que empresas, profissionais e reguladores aprimorem a consistência, a comparabilidade e a verificabilidade das divulgações na América Latina.

Palavras-chave: Relato Integrado; Divulgação; Governança Corporativa; Materialidade.

DISCLOSURE OF SUSTAINABILITY REPORTS BY ACCOUNTING: A CRITICAL AND COMPARATIVE ANALYSIS OF LATIN AMERICA

The purpose of this study is to critically evaluate and compare the literature on the disclosure of sustainability reports mediated by accounting in Latin American countries. Thus, the methodology is based on an integrative and critical review, with a comparative emphasis, of articles in the Scopus and Scielo databases (2018–2025), prioritizing studies with publicly traded companies listed on Latin American stock exchanges. The literature indicates an expansion of reporting and a higher incidence

in larger and listed firms. However, heterogeneities persist between countries and sectors, ambiguities in the use of transparency, difficulties in measuring and operationalizing materiality, as well as inconsistencies and low traceability of indicators. Risks of informational selectivity and greenwashing are observed; external assurance can increase credibility, but its effectiveness is conditioned by costs, technical capabilities, data governance, and clarity of materiality criteria. Thus, we see that the quantitative advancement of reporting does not guarantee informational quality. The usefulness of disclosure depends on internal controls, audit trails, and explicit materiality criteria, as well as greater institutional harmonization and enforcement. The study integrates regional evidence and enhances the accounting debate on sustainability reporting, offering support for companies, professionals, and regulators to improve the consistency, comparability, and verifiability of disclosures in Latin America.

Keywords: Integrated Reporting; Disclosure; Corporate Governance; Materiality.

1. INTRODUÇÃO

Crises ambientais e sociais, disputas em torno da justiça climática e pressões por responsabilidade corporativa têm reposicionado a Contabilidade no centro do debate sobre transparência e *accountability*. Em um cenário no qual riscos físicos e de transição se combinam a expectativas sociais cada vez mais exigentes, o reporte de sustentabilidade passa a ser demandado não apenas como instrumento de reputação, mas como fonte de informações úteis para a avaliação do desempenho organizacional, dos riscos e da estratégia empresarial. Nesse contexto, a Contabilidade assume papel estruturante ao organizar bases de dados, definir métricas e critérios de materialidade e apoiar rotinas de controle e assegurar, contribuindo para ampliar a comparabilidade, a confiabilidade e a verificabilidade das informações divulgadas.

Em escala global, observa-se uma convergência de referenciais e um aumento das exigências relacionadas ao reporte de sustentabilidade. A consolidação das diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) e do Relato Integrado (RI) fortaleceu a busca pela padronização e pela integração entre informações financeiras e não financeiras (IIRC, 2013; GRI, n.d.). Mais recentemente, a IFRS Foundation comunicou a emissão das normas IFRS S1 e IFRS S2 pelo International Sustainability Standards Board (ISSB), reforçando as expectativas quanto à consistência, comparabilidade e utilidade das informações para a tomada de decisão (IFRS Foundation, 2023). Paralelamente, a Corporate Sustainability Reporting Directive (CSRD) intensificou a agenda regulatória europeia, sinalizando a transição de práticas predominantemente voluntárias para um ambiente de maior obrigatoriedade e fiscalização (European Parliament & Council of the European Union, 2022). Esse movimento também se reflete na expansão dos relatórios de sustentabilidade. Bastidas, Turrent e Rodríguez-Ariza (2025) registram elevada incidência desses relatórios em grandes corporações e destacam o crescimento das divulgações ESG, embora ressaltem que a ausência de padrões comuns e as dificuldades de mensuração ainda constituem obstáculos relevantes à comparabilidade.

Na América Latina, embora o reporte de sustentabilidade apresente trajetória de crescimento, sua adoção permanece heterogênea. Calixto (2013) demonstra que a maioria das companhias abertas da região ainda não divulgava informações socioambientais, sendo as empresas brasileiras aquelas com maior nível de evidenciação. O estudo também identifica o relatório anual como principal canal de divulgação, seguido pelos relatórios específicos de sustentabilidade. Em perspectiva mais recente, Castillo-Muñoz, Ripoll Felieu e Urquirdi (2021) verificam crescimento médio anual de 35% na emissão de relatórios alinhados à GRI, porém concentrado em grandes organizações e marcado por diferenças significativas entre os países. Complementarmente, Bastidas et al. (2025), ao analisarem empresas listadas na Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Peru, evidenciam tendência de crescimento do *disclosure* ESG, com maior conformidade observada no Brasil e maior heterogeneidade em países como Colômbia e Peru.

Entretanto, a ampliação do número de relatórios não assegura, por si só, a qualidade das informações divulgadas. Prates e Avelino (2024) argumentam que o conceito de transparência é empregado com diferentes significados na literatura contábil, e seu uso indiscriminado pode comprometer a compreensão do reporte de sustentabilidade, especialmente em razão da complexidade inerente à mensuração de fenômenos não financeiros e da dependência de julgamentos profissionais, como aqueles relacionados à definição do escopo e da materialidade. Além disso, a divulgação pode desempenhar função predominantemente legitimadora. Mota, Mazza e Oliveira (2013), ao analisarem relatórios GRI de empresas brasileiras referentes ao ano-base de 2009, identificaram práticas voltadas à camuflagem de indicadores ambientais e à omissão de informações negativas relevantes. Na mesma direção, Cuevas-Mejía, Maldonado-García e Escobar-Váquiro (2013) argumentam que a divulgação em responsabilidade social corporativa pode refletir processos de institucionalização e busca por legitimidade, o que reforça a necessidade de uma leitura crítica do reporte à luz dos contextos socioinstitucionais e das pressões regulatórias e de mercado.

Apesar desses avanços, permanece uma lacuna na literatura, uma vez que são escassos os estudos que analisam, de forma crítica e comparativa, o papel da Contabilidade na estruturação do reporte de sustentabilidade, os mecanismos de verificabilidade, como governança, controles internos e asseguração externa, e os efeitos das diferenças institucionais e setoriais sobre a comparabilidade das divulgações na América Latina (Calixto, 2013; Prates & Avelino, 2024; Bastidas et al., 2025). Nesse contexto, a seguinte questão de pesquisa orienta este estudo: como as diferenças institucionais e os mecanismos mediadores da Contabilidade, especialmente mensuração, materialidade, controles internos e asseguração, influenciam a extensão, a consistência e a comparabilidade das divulgações de relatórios de sustentabilidade/ESG das empresas latino-americanas?

Diante desse cenário, este capítulo tem por objetivo analisar criticamente e comparar a produção científica sobre a divulgação de relatórios de sustentabilidade mediada pela

Contabilidade em países latino-americanos, examinando os padrões de reporte, a extensão e a consistência das informações divulgadas, bem como os condicionantes institucionais que afetam sua utilidade para os diferentes usuários. Como contribuição teórica, o estudo integra evidências regionais sob uma perspectiva institucional e crítica, ampliando o debate acerca da transparência, da qualidade informacional e da verificabilidade dos relatórios de sustentabilidade. Como contribuição prática, oferece subsídios para empresas, profissionais da Contabilidade, reguladores e formuladores de políticas públicas, ao identificar fragilidades recorrentes no reporte e apontar caminhos para aprimorar sua qualidade, consistência, comparabilidade e credibilidade.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Definição, fundamentação, operacionalização e contextualização dos reportes de sustentabilidade e o papel da Contabilidade

Os relatórios de sustentabilidade podem ser compreendidos como instrumentos de comunicação organizacional que buscam evidenciar, de forma sistematizada, como a empresa cria (ou destrói) valor não apenas em termos financeiros, mas também nas dimensões ambiental e social. Na prática, esses relatórios podem assumir denominações variadas (RSC/RSE, sustentabilidade, ESG) e dialogar com diferentes frameworks, como as diretrizes do GRI e, em alguns casos, o relato integrado no âmbito do IIRC, o que amplia comparabilidade, mas não elimina heterogeneidades de escopo, materialidade e profundidade entre países e setores (IIRC, 2013; GRI, 2016; Albuquerque, Rodrigues, Miranda & Sampaio, 2017; Ricardo, Barcellos & Bortolon, 2017).

Do ponto de vista analítico, um elemento crítico consiste em distinguir adoção (a existência do relatório ou a menção a um padrão) de qualidade informacional. A literatura recente problematiza que categorias amplas, como transparência, podem ser empregadas de modo heterogêneo e, se utilizadas de forma generalista, dificultam comparações e avaliações rigorosas. Nesse sentido, as avaliações do reporte tendem a se beneficiar de dimensões mais operacionais, como completude, comparabilidade, verificabilidade, consistência interna e acurácia entre indicadores e demonstrações financeiras (Garcia, Cintra, Ribeiro, Santiago & Dibbern, 2015; Prates & Avelino, 2024).

Em termos operacionais, estudos da área têm utilizado métricas como: (i) presença ou ausência de relatório e o tipo de documento publicado (sustentabilidade *versus* relato integrado); (ii) grau de aderência a padrões (por exemplo, as diretrizes da GRI); (iii) consistência e acurácia dos indicadores reportados, sobretudo quando vinculados à dimensão econômica da GRI; (iv) participação em índices e selos de sustentabilidade, como o ISE, como *proxy* de visibilidade e incentivos reputacionais; e (v) alinhamento a agendas, como os ODS (Garcia et al., 2015; Ricardo et al., 2017; Silva, Queiroz, Francisco & Silva, 2021). Em

particular, o estudo de Garcia et al. (2015) evidencia que mesmo os indicadores econômicos da GRI (EC1 a EC9), que deveriam manter relação estreita com a contabilidade financeira, podem apresentar acurácia média ou baixa quando confrontados com relatórios financeiros, reforçando o papel da Contabilidade na governança do processo de reporte e na consistência entre narrativas e números.

A literatura contábil sobre sustentabilidade tem se consolidado a partir de um desafio central: transformar expectativas sociais e ambientais – frequentemente difusas e multidimensionais – em informação útil, comparável e verificável, capaz de orientar decisões e fortalecer a prestação de contas corporativa. Nesse movimento, a Contabilidade assume dupla função: (i) ampliar a transparência sobre impactos ambientais, sociais e econômicos; e (ii) reduzir assimetrias informacionais por meio de métricas, critérios e rotinas de evidênciação que aproximem os relatórios de sustentabilidade de padrões mínimos de qualidade e fidedignidade (Garcia et al., 2015; Prates & Avelino, 2024).

Na literatura contábil e de gestão, a comunicação corporativa sobre impactos sociais e ambientais é apresentada como parte do esforço das organizações para prestar contas e dialogar com públicos diversos, incluindo investidores, trabalhadores, consumidores, reguladores e comunidades. Esse conjunto de práticas aparece sob diferentes rótulos – responsabilidade social corporativa/empresarial (RSC/RSE), relatórios de sustentabilidade e relatórios ESG –, mas compartilha o pressuposto de que o desempenho econômico não esgota a avaliação pública da firma, exigindo *accountability* ampliada e a consideração de múltiplos *stakeholders* (Freeman, 1984; Mitchell, Agle & Wood, 1997).

No âmbito da padronização, as diretrizes da GRI constituíram, nas últimas décadas, o referencial mais difundido para a estruturação da divulgação socioambiental, ao propor princípios e indicadores de reporte. Entretanto, evidências indicam que o simples alinhamento formal à GRI não garante qualidade. Análises documentais identificam omissões seletivas, vieses narrativos e inconsistências internas, sugerindo o uso estratégico do reporte para reforço da imagem e mitigação de críticas (Mota et al., 2013; Garcia et al., 2015).

A agenda contemporânea também tem incorporado referenciais globais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), e a expansão de formatos como o relato integrado. No mercado brasileiro, estudos apontam padrões de ações reportadas em relatórios de sustentabilidade e indicam que os esforços tendem a se concentrar em iniciativas sob controle interno das organizações, revelando avanços e, ao mesmo tempo, limites na mensuração de impactos sistêmicos e na articulação com atores externos (Silva et al., 2021). Em paralelo, evidências sobre empresas participantes de iniciativas de relato integrado sugerem que a decisão de divulgar pode estar associada a estratégias corporativas e a características de desempenho e visibilidade (Albuquerque et al., 2017; Ricardo et al., 2017).

2.2 Seleção do arcabouço teórico e proposições interpretativas: evidências e trajetória na América Latina

A compreensão teórica da divulgação de sustentabilidade, sobretudo quando não imposta por exigência legal estrita, é ancorada em tradições complementares que ajudam a explicar incentivos, pressões e estratégias empresariais. Em primeiro lugar, as teorias de divulgação voluntária (*voluntary disclosure*) interpretam a evidenciação como uma decisão econômica sob assimetria de informação: ao revelar sinais de desempenho e de gestão de riscos, a firma pode reduzir a incerteza percebida, mitigar custos de agência e melhorar a relação com provedores de capital (Verrecchia, 1983; Dye, 1985; Healy & Palepu, 2001).

Em segundo lugar, a teoria da legitimidade sustenta que as organizações dependem de uma licença social para operar e, portanto, ajustam discursos e práticas para reduzir dissonâncias entre seus impactos e as expectativas da sociedade (Dowling & Pfeffer, 1975; Suchman, 1995). Nessa perspectiva, os relatórios de sustentabilidade podem funcionar tanto como respostas substantivas (com evidências verificáveis) quanto como mecanismos simbólicos de gestão de impressões, especialmente em contextos de maior escrutínio público. A literatura nacional aponta esse tensionamento ao discutir vieses e omissões em relatórios e o risco de *greenwashing* quando a evidenciação é seletiva ou inconsistente (Mota et al., 2013; Garcia et al., 2015).

Essas abordagens dialogam com a teoria dos *stakeholders*, ao reconhecer que o reporte é moldado por expectativas e pressões de grupos com diferentes graus de poder, legitimidade e urgência (Freeman, 1984; Mitchell et al., 1997). Além disso, em ambientes institucionais heterogêneos, característicos da América Latina, a perspectiva institucional e o conceito de isomorfismo ajudam a compreender por que padrões de divulgação se difundem de modo desigual e, por vezes, mais por conformidade do que por mudanças substantivas nas práticas de mensuração e *accountability* (DiMaggio & Powell, 1983; Cuevas-Mejía et al., 2013).

A produção empírica na América Latina avançou em ondas, acompanhando a difusão de padrões voluntários (como a GRI), a adoção incremental de instrumentos de governança e sustentabilidade nos mercados de capitais e a consolidação de agendas, como ESG, ODS e relato integrado. Um marco comparativo regional é o estudo de Calixto (2013), que analisa 226 organizações no período de 2004 a 2009 e indica crescimento gradual do reporte, ainda que com baixa divulgação na maioria das empresas e diferenças relevantes entre países. No Brasil, estudos sobre conteúdo e qualidade aprofundaram a dimensão crítica. Um exemplo é o artigo de Mota et al. (2013), no qual se discute a possibilidade de camuflagem em relatórios GRI no âmbito ambiental, ao observar vieses e omissões que podem operar como estratégia de legitimação. Complementarmente, Garcia et al. (2015) deslocam o debate para a acurácia ao confrontarem indicadores econômicos da GRI com

relatórios financeiros, apontando fragilidades de consistência que comprometem a comparabilidade e a utilidade da informação.

A partir de 2017, ganha força a investigação sobre relato integrado e determinantes da divulgação no mercado de capitais. Albuquerque et al. (2017) analisam diferenças em indicadores econômico-financeiros entre empresas participantes e não participantes do projeto-piloto do IIRC no Brasil. Já Ricardo et al. (2017) evidenciam que o tamanho da empresa e a participação no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) aumentam a probabilidade de divulgação de relatório de sustentabilidade ou de relato integrado, sugerindo o papel da visibilidade e dos incentivos reputacionais na decisão de reporte.

No debate sobre consequências e qualidade informacional, Borges Junior (2019) identifica associação entre a publicação de relatório de sustentabilidade e variáveis como desempenho e porte em empresas brasileiras de capital aberto. Em contraste, Souza et al. (2019) não encontram associação robusta entre a divulgação de RSC e *proxies* de qualidade dos relatórios financeiros, sugerindo que a divulgação socioambiental pode coexistir com heterogeneidade de qualidade no reporte contábil-financeiro. Mais recentemente, a pesquisa de Reis et al. (2023) mostra que empresas premiadas por transparência contábil não diferem significativamente de um grupo de controle em desempenho econômico-financeiro e ESG, reforçando a necessidade de cautela na interpretação de selos e reconhecimentos como *proxies* de sustentabilidade.

No plano ibero-americano e latino-americano mais amplo, estudos reforçam tanto o crescimento do reporte quanto sua heterogeneidade. Pesquisas sobre aderência à GRI indicam variações na extensão e na qualidade da divulgação e apontam fatores corporativos como explicativos dessas diferenças (Castillo Muñoz, Ripoll Feliu & Urquidi Martin, 2020; Castillo-Muñoz et al., 2021). Outras análises exploram dimensões específicas, como a evidenciação de questões sociais em relatórios de sustentabilidade na Argentina, Chile e Peru (Moneva, Jara-Sarrúa, Hernández-Pajares & Del Barco, 2019), bem como discussões sobre divulgação e assecuração em nível internacional.

A literatura recente incorpora explicitamente o léxico ESG e amplia o escopo para amostras multipaís. Bastidas et al. (2025) propõem um índice de divulgação ESG em seis economias latino-americanas (2014-2023), documentando tendência de crescimento e diferenças sistemáticas entre países. Em paralelo, Pacheco et al. (2025) exploram componentes do *disclosure* em empresas do Mercado Integrado Latinoamericano e observam preponderância de temas sociais e de informações com baixa probabilidade de interpretação negativa, sugerindo seletividade do reporte. Por fim, Fresneda-Fuentes, Miras-Rodríguez e Escobar-Pérez (2025) retomam o debate sobre credibilidade ao discutir se as práticas de divulgação são substantivas ou simbólicas no caso brasileiro, com implicações para a *accountability* e para o desenho de mecanismos de verificação.

A partir dos estudos sobre os relatórios de sustentabilidade na América Latina, pode-se interpretar que eles constituem, simultaneamente, mecanismos de redução da assimetria informacional (divulgação voluntária), instrumentos de gestão da legitimidade e respostas às pressões dos *stakeholders* e do ambiente institucional. Assim, análises comparativas devem considerar não apenas a presença do reporte, mas também sua qualidade informacional e os incentivos que moldam o conteúdo divulgado, inclusive o potencial descolamento entre divulgação simbólica e práticas substantivas (Mota et al., 2013; Suchman, 1995; Fresneda-Fuentes et al., 2025).

Nesse contexto dos relatórios de sustentabilidade na América Latina, apresenta-se a seguinte proposição teórica:

As empresas listadas na América Latina que adotam mecanismos contábeis robustos (materialidade clara, controles e/ou assecuração) apresentam maior qualidade do *disclosure* ESG do que empresas sem esses mecanismos.

Em síntese, o diálogo com a literatura indica que o avanço do reporte na América Latina convive com desafios de mensuração, comparabilidade e verificabilidade. Isso re-coloca a Contabilidade no centro do debate: mais do que relatar, torna-se crucial discutir como a informação é construída, assegurada e conectada a evidências internas consistentes, reduzindo a distância entre narrativa e desempenho efetivo (Garcia et al., 2015; Prates & Avelino, 2024).

3. MÉTODO

Esta pesquisa foi delineada como uma revisão integrativa e crítica da literatura, com ênfase comparativa na América Latina. O procedimento busca sistematizar evidências sobre como a Contabilidade participa da estruturação, da mensuração e da credibilidade da divulgação de relatórios de sustentabilidade (e documentos correlatos, como relatórios ESG e relato integrado) em empresas de capital aberto, destacando convergências, tensões e lacunas do campo.

3.1 Definição do escopo e critérios de revisão, e estratégia de busca

Foram estabelecidos três critérios para delimitar o escopo da revisão. O primeiro consistiu em identificar estudos que analisassem empresas de capital aberto listadas em bolsas de valores, considerando que esse grupo tende a enfrentar maior pressão de investidores por padronização e consistência das divulgações de sustentabilidade (IFRS, 2021) e, historicamente, tem sido pioneiro na adoção de práticas de reporte socioambiental (Buhr, Gray, & Milne, 2014).

O segundo critério foi a busca pelas palavras-chave Relatório de Sustentabilidade e América Latina, contemplando publicações em português, espanhol e inglês nas bases Scopus e SciELO. A opção por uma base de amplo alcance (Scopus) e outra de forte cobertura regional (SciELO) buscou equilibrar robustez e sensibilidade ao contexto latino-americano, mitigando o risco de captar apenas a produção indexada em periódicos internacionais.

O terceiro critério foi o recorte temporal, sendo definido o período de análise de 2018 a 2025 (inclusive). Essa delimitação privilegia evidências recentes, em um contexto de intensificação do debate sobre padronização e credibilidade do reporte de sustentabilidade, e permite complementar revisões anteriores de maior amplitude temporal. Em revisões críticas, recortes concentrados em períodos mais recentes têm sido utilizados para captar mudanças conceituais e regulatórias mais próximas e, ao mesmo tempo, reduzir a sobreposição com revisões amplas (Massaro, Dumay, & Guthrie, 2016; Chung & Cho, 2018).

As buscas foram realizadas nas bases Scopus e SciELO no período de 10 a 18 de março de 2025, considerando publicações entre 2018 e 2025, utilizando combinações de termos equivalentes nas três línguas. Na Scopus, empregaram-se, principalmente, as expressões em inglês e espanhol; na SciELO, priorizaram-se termos em português e espanhol. Para assegurar a rastreabilidade, foi incluído o registro integral das *strings* de busca utilizadas, das datas de realização das buscas e dos filtros aplicados (por exemplo, tipo de documento e área temática). Além das expressões centrais, foram considerados sinônimos e variações frequentes na literatura (*sustainability report*, *sustainability reporting*, *informe de sostenibilidad*, *ESG disclosure* e relato integrado), mantendo-se como condição a presença do recorte geográfico (América Latina). Como exemplo de *string* base (adaptada a cada base), utilizou-se: (*sustainability report OR sustainability reporting OR relatório de sustentabilidade OR informe de sostenibilidad*) AND (*Latin America OR América Latina*) AND (*accounting OR contabilidade OR contabilidad*). Quando necessário, adicionou-se o nome de países latino-americanos (por exemplo, Brasil, México, Chile, Colômbia, Peru e Argentina) para aumentar a precisão da recuperação dos estudos.

3.2 Critérios de elegibilidade, seleção dos estudos e confiabilidade do processo

Foram incluídos: (i) artigos científicos revisados por pares; (ii) estudos publicados em português, espanhol ou inglês; (iii) pesquisas cujo objeto empírico envolvesse empresas listadas em bolsas de valores situadas em países latino-americanos ou amostras multinacionais com recorte explícito para a região; e (iv) trabalhos que analisassem, direta ou indiretamente, a divulgação de relatórios de sustentabilidade/ESG (incluindo relatórios GRI, relatos integrados e relatórios anuais com seções ESG) sob a perspectiva contábil, da governança do reporte ou da qualidade e credibilidade da informação. Foram excluídos: (i) estudos sem recorte para empresas listadas; (ii) pesquisas sem foco na América Latina; (iii) documentos

não científicos (editoriais, matérias de imprensa e relatórios corporativos sem análise acadêmica); e (iv) trabalhos sem acesso ao texto completo para leitura e codificação.

A seleção ocorreu em duas etapas. Na primeira, realizou-se a triagem por título, resumo e palavras-chave, verificando a aderência aos critérios de inclusão. Na segunda, os textos potencialmente elegíveis foram lidos na íntegra, com atenção à descrição metodológica, ao desenho empírico (países, setores e período amostral), às *proxies* ou medidas de *disclosure* e aos principais achados. Procedeu-se à remoção de duplicidades entre as bases e, quando pertinente, à busca complementar por meio do rastreamento de referências e citações.

Para reduzir vieses de seleção e aumentar a consistência interpretativa, a triagem e a codificação serão realizadas por dois avaliadores de forma independente, com as divergências resolvidas por consenso e as decisões de inclusão e exclusão registradas em planilha de rastreabilidade.

A primeira etapa é a identificação, na qual ocorre a busca inicial dos estudos nas bases de dados selecionadas, a partir de strings previamente definidas. Em seguida, realiza-se a etapa de remoção de duplicados, na qual são excluídos artigos repetidos entre diferentes bases de dados. A terceira etapa corresponde à triagem (screening), na qual os estudos são avaliados com base em título, resumo e palavras-chave. Na sequência, ocorre a fase de elegibilidade, em que os artigos potencialmente relevantes são lidos na íntegra.

Por fim, chega-se à etapa de inclusão, na qual são definidos os estudos que compõem a amostra final da revisão, um total de 28 artigos. Esses artigos são então submetidos à análise qualitativa e/ou quantitativa, conforme o desenho da pesquisa.

3.3 Extração, codificação e síntese dos achados

Os dados dos estudos incluídos foram extraídos para uma matriz padronizada, contendo, no mínimo: identificação bibliográfica; país(es) analisado(s); setor; características da amostra (tamanho e período); tipo de reporte (GRI, ESG e relato integrado); presença de asseguração externa; arcabouço teórico mobilizado (por exemplo, divulgação voluntária, legitimidade, *stakeholders* e institucional); método de pesquisa (análise de conteúdo, estudos quantitativos e estudos de caso); e resultados centrais.

A síntese foi conduzida por meio de análise temática comparativa, organizada em quatro eixos: (i) determinantes da divulgação em empresas listadas; (ii) qualidade informacional (completude, consistência, comparabilidade e verificabilidade); (iii) papel da Contabilidade na mensuração, no controle e no alinhamento entre narrativas e números; e (iv) condicionantes institucionais e regulatórios que ajudam a explicar as heterogeneidades entre países latino-americanos. Ao final, as evidências foram interpretadas criticamente, confrontando resultados, métodos e pressupostos teóricos, com ênfase nas implicações para a credibilidade e a *accountability* do reporte.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A divulgação de relatórios de sustentabilidade e, mais recentemente, de informações ESG consolidou-se como uma prática associada à crescente demanda por transparência não financeira no mercado de capitais e ao avanço de padrões internacionais de reporte. No contexto latino-americano, a literatura indica expansão do número de relatórios, porém com assimetrias relevantes entre países, setores e perfis de empresas, bem como variações na qualidade, na comparabilidade e na verificabilidade do conteúdo reportado. Nesta seção, os estudos selecionados são articulados em eixos temáticos que destacam: (i) a evolução e a padronização do reporte; (ii) os determinantes e condicionantes institucionais; (iii) os debates sobre transparência, materialidade e qualidade informacional; (iv) a seletividade, a legitimidade e o risco de *greenwashing*; e (v) as barreiras operacionais, as limitações metodológicas e as lacunas de pesquisa.

4.1 Evolução do reporte e difusão de padrões (GRI/ESG) na América Latina

Os estudos convergem ao reconhecer que a difusão de *frameworks*, especialmente o Global Reporting Initiative (GRI), contribuiu para estruturar a narrativa socioambiental e ampliar a comparabilidade entre organizações. Conceição, Dourado e Silva (2012), a partir de uma série histórica (1999-2010), destacam a consolidação do GRI na região, com protagonismo de empresas brasileiras e a organização do relato nas dimensões econômica, social e ambiental (*triple bottom line*). Em perspectiva regional e longitudinal, Castillo-Muñoz, Ripoll Feliu e Urquirdi (2021) evidenciam forte crescimento do reporte com base na GRI em 15 países latino-americanos (2006-2015), movimento que confirma a expansão do *reporting* como prática organizacional.

Ao mesmo tempo, esse processo de difusão é descrito como desigual e concentrado. Nesse sentido, Castillo-Muñoz et al. (2021) mostram que o avanço do reporte tende a se concentrar em economias maiores, com participação desproporcional do Brasil no período analisado, enquanto outras economias exibem baixa participação ou ausência de registros. Estudos mais recentes, já orientados ao léxico ESG, reforçam a tendência de crescimento, mas apontam heterogeneidade persistente na consistência e na padronização das divulgações. Bastidas et al. (2025), ao construir um índice de divulgação ESG para empresas listadas em seis economias latino-americanas (2014-2023), identificam elevação gradual do *disclosure* e diferenças sistemáticas entre países e entre as dimensões ambiental, social e de governança.

Assim, a principal contribuição desse eixo reside em demonstrar que a adoção de padrões ampliou o volume e a visibilidade do reporte, mas não eliminou as assimetrias de maturidade institucional e organizacional. A expansão quantitativa, portanto, deve ser interpretada com cautela, pois pode coexistir com práticas assimétricas de divulgação e com diferentes entendimentos sobre escopo e materialidade.

4.2 Determinantes do *disclosure*: porte, setor, país, listagem e incentivos de mercado

A literatura empírica sugere que a decisão de reportar sustentabilidade/ESG não é meramente comunicacional; ela responde a condicionantes estruturais e institucionais associados à visibilidade, à pressão dos *stakeholders* e aos incentivos do mercado de capitais. No trabalho de Castillo-Muñoz et al. (2020), ao examinarem a aderência às diretrizes da GRI na Ibero-América, os autores mostram que a produção de relatórios é dominada por grandes empresas e que variáveis como país, setor, tamanho, cotação em mercado de valores e asseguração estão associadas a um maior nível de aderência. O ponto forte do estudo está em vincular características corporativas e de mercado a uma dimensão de qualidade (aderência) do reporte, indo além da simples contagem de relatórios.

Esse resultado, contudo, também expõe limites relevantes para análises comparativas e séries históricas. O próprio registro dos níveis de aderência na base GRI pode sofrer descontinuidades decorrentes de mudanças de versões e critérios, restringindo a comparabilidade ao longo do tempo e impondo recortes à base (Castillo-Muñoz et al., 2020). Além disso, parte da literatura regional indica que o reporte tende a se concentrar em empresas listadas e/ou de maior porte, o que é coerente com a importância do mercado de capitais como indutor do *disclosure*, mas limita a generalização dos resultados para empresas não listadas e para cadeias produtivas (Cuevas-Mejía, Maldonado-García & Escobar-Váquiro, 2013).

O debate em aberto é até que ponto esses determinantes ampliam a transparência substantiva ou apenas reforçam a conformidade formal e a gestão da legitimidade, especialmente quando a mensuração privilegia a presença ou ausência de itens em detrimento da profundidade e da materialidade (Bastidas et al., 2025). Em síntese, os determinantes mais recorrentes (porte, listagem, setor e país) sugerem um mecanismo cumulativo: empresas com maior exposição a investidores, maior sensibilidade reputacional e maior capacidade de implementação tendem a reportar mais e a aderir aos padrões com maior intensidade.

4.3 Transparência, comparabilidade, materialidade e conteúdo social: o papel da Contabilidade na qualidade informacional, ambiguidades e riscos de incompletude

Ao deslocar o debate de *se* a empresa reporta para *como* reporta, a literatura enfatiza que a transparência não é um atributo automático do reporte, mas um resultado de critérios de rastreabilidade, consistência, verificabilidade e capacidade de reduzir a assimetria informacional. Prates e Avelino (2024) argumentam que o conceito de transparência tem sido utilizado de forma ampla na literatura contábil aplicada aos relatórios de sustentabili-

dade e que seu emprego generalista pode gerar confusão, sobretudo em razão da complexidade de mensurar fenômenos não financeiros e da dependência de julgamentos sobre escopo e materialidade. Esse ponto é central para explicar por que relatórios volumosos podem, paradoxalmente, obscurecer mais do que esclarecer.

Nesse eixo, um ponto fraco recorrente do corpus empírico regional é a predominância de medidas que capturam a extensão ou a presença de itens, sem, necessariamente, refletir a profundidade, a coerência temporal, a base de cálculo e a efetividade do conteúdo. O problema torna-se mais agudo quando os relatórios descrevem iniciativas sem métricas, metas, séries históricas ou *trade-offs*, reduzindo a comparabilidade e dificultando a verificação por usuários externos. A pesquisa de Calixto (2013) já apontava que a qualidade do *disclosure* depende de indicadores e evidências capazes de sustentar a narrativa organizacional, e não apenas da listagem de temas.

Assim, a Contabilidade aparece como elemento-chave: a qualidade do reporte depende da capacidade de converter impactos e práticas socioambientais em registros consistentes, rastreáveis e auditáveis. Contudo, a literatura ainda evidencia lacunas na conexão direta entre o *disclosure* e os mecanismos contábeis internos, os sistemas de mensuração, os controles e a governança de dados, limitando inferências sobre *accountability* efetiva *versus* relato predominantemente formal.

A discussão sobre materialidade emerge como um dos nós críticos do reporte, especialmente quando se busca aproximar a robustez do relato socioambiental da lógica de rigor e comparabilidade típica das demonstrações financeiras. Cunha, Fiorin e Faller (2019) argumentam que a materialidade, embora central para a relevância da informação, pode operar como fonte de subjetividade. Sua flexibilidade permite que as organizações enfatizem aspectos favoráveis e minimizem tópicos potencialmente negativos, reduzindo a consistência e a objetividade do *disclosure*.

Esse dilema é particularmente evidente na dimensão social, frequentemente descrita de maneira heterogênea e pouco sistemática em parte da literatura analisada. Estudos que examinam a estrutura do conteúdo social indicam que categorias amplas e interpretações divergentes dificultam comparações e a avaliação dos resultados. Quando a materialidade é operacionalizada com baixa transparência, o reporte pode priorizar ações e narrativas em detrimento de métricas e evidências, elevando o risco de incompletude informacional e restringindo a utilidade do relatório para a tomada de decisão e para a *accountability* (Cunha et al., 2019; Calixto, 2013).

4.4 Seletividade, legitimidade e *greenwashing* no reporte de sustentabilidade: da divulgação substantiva à simbólica e o papel da asseguração na credibilidade

A literatura latino-americana tem fortalecido o debate sobre a ambivalência do reporte: ao mesmo tempo em que a divulgação pode reduzir assimetrias informacionais, ela também pode funcionar como instrumento de gestão da legitimidade. Abordagens institucionais e da legitimidade sugerem que as organizações tendem a alinhar seus discursos às expectativas do ambiente regulatório e reputacional, sobretudo quando enfrentam pressões de *stakeholders* e do mercado de capitais (Dowling & Pfeffer, 1975; DiMaggio & Powell, 1983; Suchman, 1995).

Nesse contexto, cresce a preocupação com a seletividade e o *greenwashing*. Mota, Mazza e Oliveira (2013), ao analisarem indicadores ambientais em relatórios GRI de empresas brasileiras, destacam tentativas de omissão de informações negativas e de camuflagem de indicadores, o que pode comprometer a interpretação do desempenho e a comparabilidade entre empresas. Evidências recentes avançam ao operacionalizar a seletividade como traço do *disclosure* e ao diferenciar práticas substantivas de práticas simbólicas, sugerindo que o aumento do volume de relatórios não garante, por si só, credibilidade e qualidade.

Assim, um dos principais debates passa a ser metodológico e substantivo, ou seja, como distinguir a transparência efetiva de narrativas sofisticadas de conformidade. A literatura indica que essa distinção exige critérios explícitos de materialidade e, frequentemente, triangulação com fontes externas e evidências de desempenho, o que nem sempre está disponível de forma homogênea em mercados emergentes. Como consequência, parte das pesquisas tende a captar mais a presença do *disclosure* do que sua confiabilidade e efetividade.

A verificação externa é frequentemente apresentada como um mecanismo capaz de elevar a confiabilidade e reduzir o ceticismo em relação ao *greenwashing*. A literatura reconhece avanços institucionais na oferta de padrões de asseguração e verificação de relatórios de sustentabilidade, como a ISAE 3000 e a AA1000AS (Cunha et al., 2019). Em termos teóricos, esses mecanismos aproximam o reporte não financeiro das práticas de auditoria e reforçam os princípios de transparência, comparabilidade e rastreabilidade, particularmente relevantes nos mercados de capitais.

Todavia, os estudos também apontam limitações importantes. Primeiro, a asseguração não resolve, por si só, o problema da materialidade: se o processo de seleção de temas e indicadores é frágil, um relatório pode ser formalmente assegurado e, ainda assim, pouco informativo (Cunha et al., 2019). Segundo, existem custos e capacidades técnicas associados à coleta e à validação de dados socioambientais, o que pode reduzir a abrangência e a periodicidade do reporte, sobretudo em contextos com menor maturidade dos sistemas de informação. Terceiro, quando a asseguração é pouco difundida, o avanço quantitativo

do reporte pode conviver com assimetrias de credibilidade entre empresas e países (Castillo-Muñoz et al., 2020).

4.5 Barreiras operacionais e limitações metodológicas: tendências, debates e lacunas na literatura

Além de dilemas conceituais, os estudos identificam barreiras operacionais que afetam diretamente a capacidade de a Contabilidade sistematizar e reportar informações socioambientais. Cuevas-Mejía et al. (2013), ao investigarem empresas listadas em seis países, descrevem dificuldades na coleta de informações por meio de *websites* corporativos e de solicitações por e-mail, com ausência de resposta por parte de algumas empresas, o que exigiu a depuração da amostra. Esse achado sugere que, mesmo entre companhias abertas, a disponibilidade e a padronização dos documentos não são garantidas, limitando análises comparativas e evidenciando entraves relacionados ao acesso, ao arquivamento e à governança de dados.

Somam-se a esses obstáculos as diferenças institucionais entre países e mercados. Evidências indicam que a maturidade do reporte e a adesão a padrões variam conforme os ambientes regulatórios, as capacidades organizacionais e as pressões dos *stakeholders*, reforçando que a Contabilidade e o reporte precisam ser compreendidos em seu contexto sócio-histórico e institucional. Em termos metodológicos, a literatura também aponta limitações de mensuração: índices e *checklists* tendem a captar a extensão ou a presença de informações, com menor sensibilidade para materialidade, consistência e verificabilidade, o que restringe inferências sobre *accountability* efetiva e sobre os impactos reais associados às práticas divulgadas.

Em conjunto, a literatura revisada aponta três tendências centrais: (i) expansão do reporte e difusão de padrões como a GRI, com transição gradual para uma agenda ESG; (ii) concentração do *disclosure* em empresas de maior porte e listadas, com heterogeneidade entre países e setores; e (iii) crescente preocupação com credibilidade, seletividade e distinção entre divulgação substantiva e simbólica (Conceição et al., 2012; Mota et al., 2013; Castillo-Muñoz et al., 2021; Bastidas et al., 2025). No plano dos debates, destaca-se a tensão entre padronização e contexto: a adoção de *frameworks* favorece a comparabilidade, mas não elimina dilemas relacionados à materialidade e à mensuração de fenômenos não financeiros, nem resolve problemas de verificabilidade e de governança de dados (Prates & Avelino, 2024). Outra discussão relevante envolve a voluntariedade *versus* as exigências regulatórias: em ambientes de baixa padronização e de verificação limitada, a voluntariedade pode ampliar o volume do *disclosure*, mas não necessariamente sua confiabilidade e utilidade. Por fim, emergem lacunas promissoras: desenvolver métricas de qualidade que transcendam medidas dicotômicas; investigar como sistemas contábeis e mecanismos de governança suportam (ou restringem) a produção de dados ESG; e testar, em desenho

comparativo latino-americano, em que medida a asseguuração, a regulação e as pressões de mercado reduzem a seletividade oportunista e ampliam a *accountability*.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve por objetivo analisar criticamente, em perspectiva comparativa, a divulgação de relatórios de sustentabilidade mediada pela Contabilidade em países da América Latina, examinando padrões de reporte, consistência das informações e condicionantes institucionais que afetam sua utilidade para a tomada de decisão e a *accountability*. Partindo desse propósito, o capítulo transforma a literatura em uma leitura comparativa e crítica, conectando: (i) os padrões e a evolução do reporte; (ii) a extensão *versus* a consistência das divulgações; e (iii) os condicionantes institucionais que explicam por que a utilidade do *disclosure* varia na América Latina.

A síntese da literatura revisada indica, primeiramente, que a região vivencia a expansão do reporte e a crescente difusão de *frameworks* (como GRI e ESG), porém com heterogeneidade persistente entre países, setores e perfis corporativos. Em geral, empresas maiores e listadas, mais expostas a investidores e a pressões reputacionais, tendem a reportar mais e a aderir com maior intensidade aos padrões, mas essa expansão quantitativa não se converte automaticamente em qualidade informacional. Os estudos ressaltam a ambiguidade no uso do termo transparência, as dificuldades de mensuração e de operacionalização da materialidade, especialmente na dimensão social, além de fragilidades na consistência interna e na rastreabilidade dos indicadores. Nesse cenário, também se evidencia o risco de divulgação seletiva e de *greenwashing*, uma vez que os relatórios podem reforçar a legitimidade e a conformidade simbólica, privilegiando narrativas positivas e atenuando informações desfavoráveis. A asseguuração e a verificação externa aparecem como mecanismos potencialmente relevantes para elevar a credibilidade, mas sua efetividade é condicionada pelos custos, pela capacidade técnica, pela clareza dos critérios de materialidade e pela qualidade da governança de dados.

As implicações dos achados são teóricas e práticas. No plano teórico, a revisão reforça que, na América Latina, o reporte de sustentabilidade precisa ser interpretado como um fenômeno simultaneamente informacional e institucional: ele pode reduzir assimetrias e apoiar decisões, mas também pode operar como estratégia de legitimação, sobretudo em ambientes de fiscalização desigual e padronização incipiente. Ao recolocar a Contabilidade no centro do debate, o estudo contribui para deslocar a análise da mera adoção de relatórios para a discussão sobre como os dados são produzidos, controlados, assegurados e conectados a evidências internas consistentes. No plano prático, os resultados sugerem que empresas e profissionais devem fortalecer os sistemas de mensuração ESG, as rotinas de controle interno, as trilhas de auditoria e os critérios explícitos de materialidade, reduzindo a distância entre narrativa e desempenho efetivo. Para reguladores e formuladores

de políticas, as evidências apontam para a importância da harmonização normativa, de incentivos à comparabilidade entre países e do estímulo a mecanismos de assecuração, sem perder de vista a capacidade de implementação nos diferentes contextos nacionais.

Assim, as evidências apresentadas no capítulo sustentam a lógica da preposição teórica (mecanismos contábeis robustos tendem a elevar a qualidade do *disclosure*), mas deixam claro que isso ocorre sob condições específicas, como clareza da materialidade, capacidade técnica, governança de dados e difusão e qualidade da assecuração. Portanto, a hipótese encontra-se mais apoiada do que comprovada em sentido estrito, o que é coerente com o desenho de revisão integrativa adotado neste estudo.

Como limitações, destaca-se que o capítulo consiste em uma revisão integrativa e crítica, dependente da cobertura e dos critérios de indexação das bases consultadas, bem como da estratégia de busca por palavras-chave e idiomas. O recorte temporal adotado favorece a identificação de debates recentes, mas pode excluir contribuições anteriores relevantes e reduzir a comparabilidade com séries históricas mais longas. Além disso, a ênfase em empresas listadas – embora coerente com o foco no mercado de capitais – restringe a generalização dos resultados para empresas privadas e cadeias produtivas. Por fim, a heterogeneidade metodológica dos estudos revisados limita inferências causais e impede uma síntese quantitativa mais robusta sobre os efeitos do reporte no desempenho organizacional ou em resultados de mercado.

Dessas limitações emergem agendas promissoras para pesquisas futuras. Recomenda-se ampliar as bases e as estratégias de busca, incorporando outros repositórios e literatura cinzenta, além de aprofundar recortes por setor e por país. Estudos empíricos comparativos – combinando análise de conteúdo, triangulação com dados financeiros e ambientais e evidências externas – podem contribuir para distinguir reporte substantivo de reporte simbólico e para desenvolver métricas de qualidade que incluam consistência temporal, rastreabilidade e validação. Também são oportunas investigações sobre a efetividade da assecuração e sobre como mudanças regulatórias e padrões internacionais de sustentabilidade reconfiguram as práticas de mensuração e *disclosure* na região. Em conjunto, essas frentes podem consolidar um campo de pesquisa mais sensível às especificidades latino-americanas, sem renunciar ao rigor comparativo que sustenta a transparência, a *accountability* e a tomada de decisão.

REFERÊNCIAS

Albuquerque, J. R., Rodrigues, R. N., Miranda, L. C., & Sampaio, Y. S. B. (2017). Influência da divulgação do relato integrado nos indicadores econômico-financeiros: Uma análise comparativa do desempenho de empresas participantes e não participantes do projeto piloto do IIRC no Brasil. *Revista de Contabilidade da UFBA*, 11(3), 189–211.

Bastidas, C. R., Turrent, G. D. C. B., & Rodríguez-Ariza, L. (2025). Disclosure information on environmental, social and governance (ESG) criteria in Latin America. *Sustainable Development*, 1–21.

Borges Junior, D. M. (2019). Sustainability report and performance of Brazilian public companies. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 18, 1–13.

Buhr, N., Gray, R., & Milne, M. J. (2014). Histories, rationales, voluntary standards and future prospects for sustainability reporting: CSR, GRI, IIRC and beyond. In J. Bebbington, J. Unerman, & B. O'Dwyer (Eds.), *Sustainability accounting and accountability* (2nd ed., pp. 51–71). Routledge.

Calixto, L. (2013). Análise da divulgação de relatórios de sustentabilidade na América Latina. *Revista de Administração*, 48(4), 828–842.

Castillo-Muñoz, C. A., Ripoll Feliu, V. M., & Urquidi Martín, A. C. (2020). Divulgación de responsabilidad social empresarial en América Latina: Análisis comparativo de las empresas adheridas a la Global Reporting Initiative. *Revista Venezolana de Gerencia*, 25(4), 148–166.

Castillo-Muñoz, C. A., Ripoll Feliu, V. M., & Urquidi Martín, A. C. (2021). Divulgación de responsabilidad social empresarial en América Latina: Evolución de los informes de sostenibilidad de la Global Reporting Initiative. *Revista Lasallista de Investigación*, 18(1), 134–157.

Chung, J., & Cho, C. H. (2018). Current trends within social and environmental accounting research: A literature review. *Accounting Perspectives*, 17(2), 207–239.

Conceição, S. H., Dourado, G. B., & Silva, S. F. (2012). Global Reporting Initiative (GRI): Um estudo exploratório da prática de evidenciação em sustentabilidade empresarial na América Latina. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, 2(3), 17–38.

Cuevas-Mejía, M., Maldonado-García, M. M., & Escobar-Váquiro, N. (2013). Institucionalización de la responsabilidad social empresarial (RSE) y su divulgación: Un análisis de los bancos de Colombia. *Cuadernos de Contabilidad*, 14(34), 91–131.

Cunha, E. P., Fiorin, I., & Faller, R. L. (2019). Materialidade aplicada a relatórios de sustentabilidade assegurados: Uma abordagem crítica à luz da pesquisa contábil. *Revista Brasileira de Contabilidade*, (235), 51–61.

DiMaggio, P. J., & Powell, W. W. (1983). The iron cage revisited: Institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. *American Sociological Review*, 48(2), 147–160.

Dowling, J., & Pfeffer, J. (1975). Organizational legitimacy: Social values and organizational behavior. *Pacific Sociological Review*, 18(1), 122–136.

Dye, R. A. (1985). Disclosure of nonproprietary information. *Journal of Accounting Research*, 23(1), 123–145.

European Parliament and Council of the European Union. (2022). *Directive (EU) 2022/2464 of the European Parliament and of the Council of 14 December 2022 amending Regulation (EU) No 537/2014, Directive 2004/109/EC, Directive 2006/43/EC and Directive 2013/34/EU, as regards corporate sustainability reporting (Corporate Sustainability Reporting Directive)*. Official Journal of the European Union. <https://eur-lex.europa.eu/eli/dir/2022/2464/oj/eng>

Freeman, R. E. (1984). *Strategic management: A stakeholder approach*. Cambridge University Press.

Fresneda-Fuentes, S., Miras-Rodríguez, M. M., & Escobar-Pérez, B. (2025). ¿Son las prácticas de divulgación sobre sostenibilidad sustantivas o simbólicas? El caso de las empresas brasileñas. *Innovar*, 35(98), 1–29.

Garcia, S., Cintra, Y. C., Ribeiro, M. S., Santiago, R., & Dibbern, B. (2015). Qualidade da divulgação socioambiental: Um estudo sobre a acurácia das informações contábeis nos relatórios de sustentabilidade. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 12(25), 67–94.

García-Sánchez, I.-M., & Martínez-Ferrero, J. (2019). A descriptive analysis of sustainability disclosure and assurance at the international level. In I.-M. García-Sánchez & J. Martínez-Ferrero (Eds.), *The disclosure and assurance of corporate social responsibility: A growing market* (pp. 65–88). Cambridge Scholars Publishing.

Global Reporting Initiative. (2016). *Consolidated set of GRI sustainability reporting standards 2016*. <https://respect.international/consolidated-set-of-gri-sustainability-reporting-standards-2016/>

Global Reporting Initiative. (n.d.). *GRI standards*. Retrieved September 22, 2025, from <https://www.globalreporting.org/standards/>

Healy, P. M., & Palepu, K. G. (2001). Information asymmetry, corporate disclosure, and the capital markets: A review of the empirical disclosure literature. *Journal of Accounting and Economics*, 31(1–3), 405–440.

IFRS Foundation. (2021). *Consultation paper and comment letters: Sustainability reporting*. <https://www.ifrs.org/projects/completed-projects/2021/sustainability-reporting/consultation-paper-and-comment-letters/>

IFRS Foundation. (2023). *IFRS S1: General requirements for disclosure of sustainability-related financial information and IFRS S2: Climate-related disclosures*. International Sustainability Standards Board. <https://www.ifrs.org/issued-standards/ifrs-sustainability-standards-navigator/ifrs-s1-general-requirements/>

International Integrated Reporting Council. (2013). *International integrated reporting framework*. <https://www.ifrs.org/issued-standards/integrated-reporting/international-integrated-reporting-council/>

Massaro, M., Dumay, J., & Guthrie, J. (2016). On the shoulders of giants: Undertaking a structured literature review in accounting. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 29(5), 767–801.

Mitchell, R. K., Agle, B. R., & Wood, D. J. (1997). Toward a theory of stakeholder identification and salience: Defining the principle of who and what really counts. *Academy of Management Review*, 22(4), 853–886.

Moneva, J. M., Jara-Sarrúa, L., Hernández-Pajares, J., & Del Barco, J. P. (2019). The disclosure of social issues in Latin American sustainability reports: An exploration of their disclosure in Argentina, Chile, and Peru. In I.-M. García-Sánchez & J. Martínez-Ferrero (Eds.), *The disclosure and assurance of corporate social responsibility: A growing market* (pp. 135–174). Cambridge Scholars Publishing.

Mota, M. O., Mazza, A. C. A., & Oliveira, F. C. (2013). Uma análise dos relatórios de sustentabilidade no âmbito ambiental do Brasil: Sustentabilidade ou camuflagem? *BASE – Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS*, 10(1), 69–80.

Pacheco, G. J. V., Medina, C. S. V., Manotas, E. N., & Castillo, A. E. E. (2025). Componentes de la divulgación corporativa de sostenibilidad: Evidencia empírica de la economía latinoamericana. *Innovar*, 35(98), 1–31.

Prates, J. C. R., & Avelino, A. F. T. (2024). Análise alternativa da transparência nos relatórios de sustentabilidade: Uma revisão crítica da literatura. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 18(3), 345–364.

Reis, M. A. A., Oliveira, E. R., Santos, G. C., Ferreira Neto, B. J., & Oliveira, E. D. (2023). Empresas com transparência na divulgação dos relatórios contábeis apresentam melhores desempenhos econômico-financeiro e de sustentabilidade? *Cuadernos de Contabilidad*, 24.

Ricardo, V. S., Barcellos, S. S., & Bortolon, P. M. (2017). Relatório de sustentabilidade ou relato integrado das empresas listadas na BM&FBOVESPA: Fatores determinantes de divulgação. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 11(1), 90–104.

Silva, B. S., Queiroz, J. N., Francisco, J. R. S., & Silva, R. C. (2021). Ações adotadas pelas empresas da B3 alinhadas com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Uma análise dos relatórios de sustentabilidade. *Revista Mineira de Contabilidade*, 22(2), 37–50.

Souza, J. A. S., Flach, L., Borba, J. A., & Broietti, C. (2019). Qualidade das informações financeiras e divulgação de informações sobre sustentabilidade no Brasil. *Brazilian Business Review*, 16(6), 556–575.

Suchman, M. C. (1995). Managing legitimacy: Strategic and institutional approaches. *Academy of Management Review*, 20(3), 571–610.

Verrecchia, R. E. (1983). Discretionary disclosure. *Journal of Accounting and Economics*, 5, 179–194.